



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
GABINETE DO PREFEITO

LEI N.º 1906 /98

Autoriza o Município de Macaé, a firmar Acordo de Co-gestão com a Liga Beneficente de São João Batista – Asilo do Idoso, e determina outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE MACAÉ DELIBERA E
EU SANCIONO A SEGUINTE LEI :

Art. 1º- Fica o Município autorizado, na pessoa do Prefeito Municipal, a firmar acordo de Co-gestão com a Liga Beneficente de São João Batista – Asilo do Idoso, sociedade civil assistencial sem fins lucrativos, com sede nesta cidade.

Art. 2º- O instrumento do Acordo de Co-gestão conterá as cláusulas que as partes estabelecerem, contanto que fique assegurado, pelo menos :

I – destinação do imóvel objeto da Co-gestão exclusivamente para o funcionamento de um hospital que atenda à política municipal do idoso, como preconiza o Art. 166 da Lei Orgânica do Município;

II – atendimento diário e gratuito, prioritariamente a idosos internos e externos de ambos os sexos, devidamente cadastrados;

III – assistência médico-hospitalar integral aos idosos internados, com doenças terminais, no Hospital Geral Madre Tereza de Calcutá, inclusive na enfermaria, sem prejuízo de outros tipos de assistência que as partes julgarem convenientes, nos termos do Acordo;

IV – fornecimento de medicamentos a cargo da Secretaria Municipal de Saúde – SEMUSA;

V – adequação das instalações do Hospital Geral Madre Tereza de Calcutá, objeto da Co-gestão, conforme plantas de projeto aprovadas pelas partes, inclusive a construção de um anexo ao Hospital destinado a um centro de oftalmologia, mediante verba já consignada para tal fim no orçamento federal;

VI – resilição do instrumento do Acordo de Co-gestão, por acordo mútuo das partes, depois de 02 (dois) anos a contar de sua assinatura, podendo, também, qualquer dos

[Handwritten signature]





ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
GABINETE DO PREFEITO

Co-gestores, após o aludido prazo, promover sua renovação ou resilição do instrumentos, desde que notifique por carta a outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

VII – na hipótese de ocorrência da resilição a que se refere o inciso anterior, as benfeitorias realizadas em função do Acordo de Co-gestão ficarão automaticamente incorporadas ao patrimônio da Liga Beneficente, sem que o Município assista o direito a ressarcimento pecuniário ou a retenção.

Art. 3º - A captação de recursos financeiros far-se-á por meio do faturamento dos serviços prestados pelo Sistema AIH-SUS (Sistema Único de Saúde) efetuado no Hospital Geral Madre Tereza de Calcutá, em consonância com o Art. 169 e seus parágrafos da Lei Orgânica Municipal.

§ 1º - Parte dos recursos captados, a que se refere o caput deste artigo, será reinvestida em melhorias e benefícios do próprio Hospital da Liga.

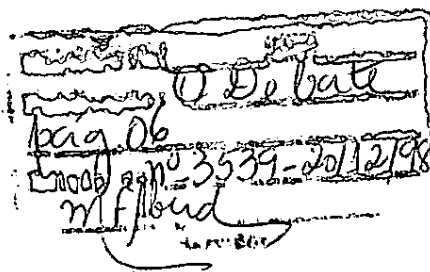
§ 2º - O Município arcará com o pagamento das taxas de água e esgoto e demais tributos incidentes sobre o imóvel objeto do Acordo, bem como do prêmio de seguro contra incêndio e outros sinistros, respondendo, ainda, pelos ônus decorrentes de atraso no pagamento dos aludidos encargos.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor a partir de 01 de setembro de 1997.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO em, 18 de dezembro de 1998.


SYLVIO LOPES TEIXEIRA
Prefeito





INSTRUMENTO DE ACORDO DE CO-GESTÃO

Por este INSTRUMENTO DE ACORDO DE CO-GESTÃO que entre si fazem: de um lado, a LIGA BENEFICENTE DE SÃO JOÃO BATISTA DE MACAÉ - ASILO DO IDOSO, sociedade civil sem fins lucrativos, estabelecida na Rua Luiz Belegard nº 540, nesta cidade, inscrita no CGC/MF sob o nº 29.700.143/0001-98, representada, por seu Presidente, Virgílio da Costa Fernandes, naturalizado brasileiro, casado, aposentado, portador da carteira de identidade nº.803216290-0.IFP e do CIC/MF nº.048.878.167-15, residente e domiciliado nesta cidade, na Rua João Batista Lessa, 275, Macaé/RJ, doravante simplesmente designada LIGA; de outro lado, o MUNICÍPIO DE MACAÉ, pessoa jurídica de direito público interno, CGC nº 29.115.474/0001-60, com sedena rua Visconde de Quissamã 355, representado pelo Prefeito Municipal, Silvio Lopes Teixeira, brasileiro, casado, empresário, daqui em diante denominado MUNICÍPIO, pactuam o presente Acordo, que se regerá pelas cláusulas e condições a seguir elencadas:

I - DO OBJETO E DO PRAZO

1.^a – O objeto do presente instrumento é a manutenção pelo MUNICÍPIO do Hospital Geral Madre Tereza de Calcutá, pertencente à LIGA, para o fim de prestar assistência médica hospitalar, prioritariamente, aos idosos internos desvalidos, como implementação da política municipal dos idosos.

2.^a – O prazo de vigência do presente Acordo de co-gestão é retroativo a 1 de setembro de 1997 e vigorará até 31 de dezembro de 2.000, podendo ser prorrogado, por acordo mútuo das partes, após o vencimento do prazo, ou rescindido por qualquer dos co-gestores, desde que notifique por carta à outra parte, com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

Virgílio da Costa Fernandes

[Assinatura]



II – DA CAPTAÇÃO DE RECURSOS E DOS ENCARGOS

3.^a – A LIGA prestará assistência médico-hospitalar, por meio da captação de recursos financeiros oriundos do faturamento dos serviços prestados pelo Sistema AIH (Atendimento de Internação Hospitalar) do SUS (Sistema Único de Saúde) efetuado no âmbito do Hospital Geral Madre Tereza de Calcutá.

§ 1.º Parte dos recursos faturados (captados) a que se refere a Cláusula anterior, será aplicada em melhorias e benefícios do próprio Hospital da LIGA.

4.^a – O MUNICÍPIO arcará com as taxas de luz, água e esgoto e demais tributos incidentes sobre o Hospital Geral Madre Tereza de Calcutá, objeto deste Acordo, bem como prêmio de seguro contra incêndio e outros sinistros, respondendo, ainda, pelos ônus decorrentes de atraso no pagamento dos aludidos encargos.

III – DA DESTINAÇÃO

5.^a – Ao imóvel é vedada outra destinação sem o expresse consentimento da LIGA, será utilizado exclusivamente para funcionamento de um Hospital para atender à política municipal de idosos, com clínica médica geriátrica e pequenas cirurgias, a cargo da Secretaria Municipal de Saúde (SEMUSA) e sob o controle da LIGA e do Conselho Municipal de Saúde, na qualidade de órgão coadjuvante das políticas e ações de saúde do Município.

Parágrafo único. A LIGA poderá vistoriar, sempre que o quiser, o uso e a situação do prédio, a fim de avaliar se estão em consonância com as normas pertinentes, comunicando, por escrito, ao MUNICÍPIO as eventuais irregularidades que apurar.

IV - DA CONSERVAÇÃO

6.^a – O MUNICÍPIO obriga-se a manter o imóvel em perfeito estado de conservação e limpeza, com boa aparência e com todas as instalações elétricas e hidráulicas em pleno funcionamento, realizando, sem quaisquer ônus para a LIGA, os eventuais reparos que se fizerem necessários, de modo que, à oportunidade do término do presente Acordo de co-gestão, possa devolvê-lo em condições ideais.

Virgílio da Costa Fernandes

L



Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
Gabinete do Prefeito

V - DAS OBRAS

7.^a - O MUNICÍPIO promoverá a adequação das instalações do Hospital Geral Madre Tereza de Calcutá, objeto deste Acordo, conforme plantas de projeto aprovadas pelas partes, inclusive a construção de um anexo ao Hospital destinado a um centro de oftalmologia, mediante verba já consignada para tal fim no orçamento federal.

§ 1.º Na hipótese de resilição deste Acordo de co-gestão, as benfeitorias realizadas ficarão automaticamente incorporadas ao patrimônio da LIGA, sem que assista ao MUNICÍPIO o direito ao ressarcimento pecuniário ou à retenção.

§ 2.º O Centro de Oftalmologia, que será construído como anexo do Hospital Madre Tereza de Calcutá, mediante verba do orçamento federal, submeter-se-á às mesmas normas deste Acordo de co-gestão.

§ 3.º Quaisquer outras obras além do pactuado neste instrumento, somente serão permitidas com anuência prévia e por escrito da LIGA.

VI - DOS COMPROMISSOS

8.^a - O MUNICÍPIO compromete-se a:

- a) manter, sem qualquer ônus para a LIGA, um médico generalista e um (a) enfermeiro (a) para atendimento diário aos idosos residentes no Asilo;
- b) fornecer medicamentos disponíveis na Divisão de Farmácia da SEMUSA;
- c) prestar assistência médico-hospitalar aos idosos residentes no Asilo que estiverem internados na enfermaria do Hospital;
- d) manter um médico generalista de sobreaviso para atendimento a idosos em caso de emergência.

Parágrafo único. O MUNICÍPIO providenciará a retirada das crianças internadas no Hospital, no menor prazo possível, a fim de possibilitar o atendimento integral aos idosos.

Virgílio da Costa Fernandes



VII - DA RESCISÃO

9.^a – O presente Acordo de co-gestão ficará rescindido de pleno direito, independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, sem quaisquer direitos e indenizações, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses:

- a) sinistros que impeçam o uso do imóvel;
- b) infringência de qualquer das cláusulas e condições que regem o presente Acordo;
- c) uso e destinação diversa da acordada neste documento;
- d) sublocação, no todo ou em parte, sem expresso consentimento da LIGA.

VIII - DAS SANÇÕES

10.^a – O presente Contrato poderá ser rescindido, além dos motivos já referenciados na Cláusulas 9.^a, e sem ônus para a LIGA, na eventualidade da prática de atos que possam colocar em risco a saúde, a higidez e a higiene dos internos, de forma ostensiva, ou comprometer seriamente o bom nome da instituição.

Parágrafo único. O MUNICÍPIO compromete-se a não criar embaraços na liberação dos laudos comprovados providos do SUS, afim de não atrasar as verbas do faturamento pelos serviços prestados.

11.^a – Em caso de inadimplência ou descumprimento de qualquer destas cláusulas, a LIGA fica de imediato imitada na posse do imóvel objeto deste Acordo, independentemente da apuração de eventuais indenizações por arbitramento, e, por sua vez, a LIGA compromete-se a não criar embaraços infundados, nem dificuldades à consecução dos objetivos do MUNICÍPIO, sob pena de responder judicialmente pelo ato.

IX - DO FORO

Fica eleito o foro da Comarca de Macaé para dirimir, quaisquer dúvidas oriundas da aplicação do presente instrumento de Acordo.

Flávia da Costa Fernandes

[Assinatura]




Estado do Rio de Janeiro
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÉ
Gabinete do Prefeito

Para que produza seus devidos e legais efeitos, as partes assinam o presente Acordo de co-gestão em 2 (duas) vias de igual teor e forma, sem rasuras ou entrelinhas, na presença de duas testemunhas maiores, idôneas e capazes.

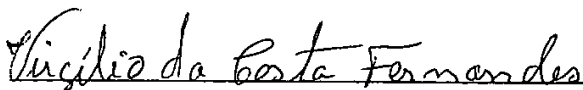
Macaé, 21 de dezembro de 1998.

1.º CO-GESTOR:



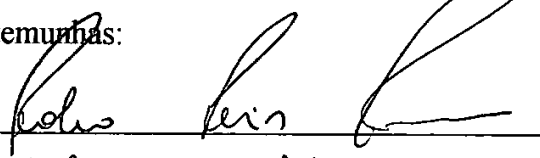
Município de Macaé

2.º CO-GESTOR:



Liga Beneficente São João Batista de Macaé

Testemunhas:

1 - 

2 - 
